

**Tesouro gerencial: contribuições para o *accountability* na gestão pública**  
**Management treasure: contributions to accountability in public management**  
**Tesoro de gestión: contribuciones a la rendición de cuentas en la gestión pública**

Recebido: 25/03/2020 | Revisado: 02/04/2020 | Aceito: 04/04/2020 | Publicado: 14/04/2020

**Aluysio Ricardo Nunes Fonseca**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7973-9227>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [aluysio@realin.com.br](mailto:aluysio@realin.com.br)

**Rhubens Ewald Moura Ribeiro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8970-6864>

Centro Universitário Santo Agostinho, Brasil

E-mail: [rhubens@realin.com.br](mailto:rhubens@realin.com.br)

**Kaíque Barbosa de Moura**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5386-4449>

Centro Universitário Santo Agostinho, Brasil

E-mail: [kaique.96moura@gmail.com](mailto:kaique.96moura@gmail.com)

**Carlos Alberto de Sousa Ribeiro Filho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5806-490X>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [carlosribeiro@email.com](mailto:carlosribeiro@email.com)

**Ariely Moreira de Sousa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6373-1498>

Centro Universitário Santo Agostinho, Brasil

E-mail: [ariely.96@outlook.com](mailto:ariely.96@outlook.com)

**Renato Anderson Moura Ribeiro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1881-7823>

Real Inteligência em Negócios, Brasil

E-mail: [renatoanderson@gmail.com](mailto:renatoanderson@gmail.com)

**Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9623-7229>

FUCAPE Business School, Brasil

E-mail: [rodrigo@realin.com.br](mailto:rodrigo@realin.com.br)

## Resumo

A sociedade tem demandado modelos de gestão pública que sejam mais eficientes, eficazes e efetivos, mas com transparência em suas ações e prestação de contas. É aí que se revela a importância da administração financeira pública e suas ferramentas gerenciais para que o governo federal possa trabalhar o accountability na gestão pública. O presente trabalho analisa teoricamente as ferramentas utilizadas do SIAFI, SIAFI WEB e Tesouro Gerencial. Para isso, procede-se a uma análise comparativa e propositiva frente as vantagens e desvantagens das ferramentas em uso. Consta-se que o Tesouro Gerencial pode contribuir de maneira a sanar os gap's identificados, bem como otimizar para que a gestão pública alcance efetivamente o *accountability*.

**Palavras-chave:** Accountability; SIAFI; SIAFI WEB; Tesouro gerencial.

## Abstract

Society has demanded public management models that are more efficient, effective and effective, but with transparency in its actions and accountability. This is where the importance of public financial administration and its management tools is revealed so that the federal government can work on accountability in public management. This paper theoretically analyzes the tools used by SIAFI, SIAFI WEB and Managerial Treasury. For this, we proceed to a comparative and purposeful analysis against the advantages and disadvantages of the tools in use. It can be seen that the Management Treasury can contribute in order to remedy the identified gap, as well as optimizing for public management to effectively achieve accountability.

**Keywords:** Accountability; SIAFI; SIAFI WEB; Managerial treasury.

## Resumen

La sociedad ha exigido modelos de gestión pública más eficientes, eficaces y eficaces, pero con transparencia en sus acciones y rendición de cuentas. Aquí es donde se revela la importancia de la administración financiera pública y sus herramientas de gestión para que el gobierno federal pueda trabajar la rendición de cuentas en la gestión pública. El presente trabajo analiza teóricamente las herramientas utilizadas por SIAFI, SIAFI WEB y Tesoro de Gestión. Con este fin, se lleva a cabo un análisis comparativo y propositiva en vista de las ventajas y desventajas de las herramientas en uso. Se observa que la Tesorería de la Administración puede contribuir de manera que se subsanen las carencias identificadas, así como optimizar la gestión pública para lograr eficazmente la rendición de cuentas.

**Palabras clave:** Accountability; SIAFI; SIAFI WEB; Tesoro gerenciano.

## 1. Introdução

A gestão pública brasileira avança para os grandes desafios do *accountability* perante os *stakeholders* no que tange à cobrança constante dos órgãos de fiscalização e controle do governo federal, pois a sociedade vem exigindo cada vez mais uma boa prestação de contas do bom gasto público e da correta aplicação dos recursos para a melhoria da efetividade da Administração Pública.

Desde a década de 1980 segundo Carvalho (2018), houve profundas mudanças na regra de negócio do governo federal onde impactaram profundas transformações nas áreas tecnológicas, da economia, da estrutura organizacional, da política e do desenvolvimento social cuja necessidade se dá para que haja uma melhor entrega de produtos e/ou serviços de qualidade com responsabilidade social.

De acordo com Serviço Federal de Processamento de Dados (2019), o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) é um sistema informatizado para processamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Pública federal direta e indireta, possibilitando a execução e programação financeiras do governo federal de acordo a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Destaca-se ainda que segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2019a), o SIAFI gradativamente será substituído pelo sistema Tesouro Gerencial (TG) que é um novo sistema para consulta de informações do SIAFI com base em uma plataforma de *business intelligence* (BI) e, portanto, substituirá o SIAFI Operacional para consulta da execução orçamentária e financeira e o Sistema de Informações de Custos (SIC) para consulta de informações de custos do governo federal.

Soma-se a isso o desafio do gestor público em administrar com o intuito de motivar e potencializar o envolvimento de seu órgão em lograr as metas e objetivos organizacionais. Para isso, o gestor público precisa conhecer a administração financeira brasileira, bem como suas necessidades de transparência e controle para que o bem público seja adequadamente gerido.

Nesta direção, o presente artigo discute a importância de se pesquisar sobre administração financeira brasileira e suas ferramentas no que diz respeito à coisa pública, buscando compreender como a gestão pública vem lidando com isso, bem como identificando

oportunidades de melhoria junto ao governo federal no que diz respeito à prestação de contas e transparência dos atos praticados que dizem respeito ao uso dos recursos públicos. Para isso, foi feito uso de pesquisa bibliográfica e documental de fontes que abordavam os seguintes descritores de forma isolada ou combinada: SIAFI; SIAFI WEB; Tesouro Gerencial; e Accountability na gestão pública.

Em outras palavras, esta pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento do campo de estudos sobre accountability, identificando lacunas para o desenvolvimento de propostas e intervenções estratégicas no que diz respeito à administração financeira pública brasileira e as ferramentas utilizadas, mais especificamente analisando-se o Tesouro Gerencial e o SIAFI. Pois, a implantação de ferramentas gerenciais na gestão pública é, além de uma necessidade, um grande desafio, considerando o tipo de atividade desenvolvida, a quantidade de aspectos que são analisados e consolidados, o tamanho do sistema e do controle a ser desenvolvido, bem como devido à distribuição geográfica das suas unidades gestoras (os diversos órgãos públicos).

O artigo apresentou neste primeiro tópico uma introdução que revela e contextualiza os assuntos que serão discutidos. Em seguida, é feita uma apresentação da administração financeira e orçamentária no Brasil. Na sequência, são apresentados conceitos e embasamento sobre algumas ferramentas utilizadas pelo governo federal no que diz respeito à questão financeira, bem como ao *accountability*. Seguidos pelo tópico onde se discute a inter-relação dos temas, faz-se um comparativo entre as ferramentas analisadas e são revelados os gap's teóricos identificados. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas.

## **2. Administração Financeira e Orçamentária no Brasil**

Durante o exercício fiscal de 1986, a Administração Pública da União possuía muitos problemas administrativos que dificultavam a correta gestão dos recursos públicos bem como a preparação do orçamento unificado que passaria a vigorar no ano seguinte, dentre os problemas existentes havia a falta de controle contábil avançado e informatizado; a falta de controle automatizado das informações dos exercidos atuais e/ou anteriores; a falta de informação gerencial em todos os níveis da administração pública sem contar a infinidade de inconsistência nos dados apresentados por haver diferentes padrões de lançamento; havia a defasagem das informações disponíveis em pelo menos 45 dias, o que inviabilizava o seu uso

em caráter gerencial; e havia inúmeras contas bancárias para cada despesa em cada unidade no âmbito do governo federal (STN, 2019b).

Registre-se, ainda, que havia desmotivação e despreparo técnico de parte do funcionalismo do governo federal bem como da inexistência de mecanismos que evitariam desvios de recursos públicos e identificação de maus gestores, havia, por exemplo, uma conta bancária para material permanente, uma conta para pessoal, uma conta para material de consumo e, assim, processavam-se em torno de 12.000 contas bancárias e em média 33.000 documentos diariamente por meio manual (STN, 2019a).

A criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em março de 1986 foi um enorme desafio à época, sua constituição se deu para o auxílio ao Ministério da Fazenda (MF) na execução do orçamento unificado a partir de 1987 e com isso foi identificado por parte da STN a necessidade de informações que permitissem aos gestores agilizar o processo decisório e o acompanhamento real da execução do orçamento público brasileiro (STN, 2019b).

### **3. Accountability**

É por meio da Administração Pública Federal que a gestão da arrecadação dos recursos e dos seus gastos direciona-se para as necessidades da população, promovendo e objetivando a continuidade do funcionamento do Estado Brasileiro bem como o planejamento na esfera estatal.

O accountability deve nortear o relacionamento entre o governo e os cidadãos de modo a pautar uma relação de interesses efetivos onde a administração pública e as ações governamentais, unam-se em um alinhamento mútuo na prestação de contas de ambos por um sistema burocrático e democrático, porém necessário para uma gestão pública profissional que busca institucionalmente os valores, os costumes tradicionais partilhados na cultura, a história, o desenvolvimento político na trajetória para tornar as burocracias responsáveis, a baixa contribuição dos diversos esforços de reformas da administração pública e a precariedade dos controles formais como forma de satisfazer ambas as partes interessadas (Peixe, da Rosa Filho & de Abreu Passos, 2018).

Percebe-se que o accountability possui duas dimensões sendo primeiramente a horizontal; referindo-se ao mesmo nível de determinação dos mecanismos de accountability exercidos dentro do próprio poder público como controle interno, como, por exemplo, os

Tribunais de Contas, as controladorias estaduais e/ou federais, e a segunda como sendo o accountability vertical; que seriam os mecanismos de controle externo e/ou sociais tais como os movimentos sociais, as consultas públicas, as audiências públicas e/ou os conselhos de políticas públicas (O'Donnel, 1998).

Caracteriza-se em cinco tipos de accountability, sendo eles a responsabilização por controles clássicos; a responsabilização por controle parlamentar onde se trata dos mecanismos de controle entre os poderes legislativo e executivo; a responsabilização pela lógica dos resultados cuja a avaliação da atuação do gestor público pelos resultados das metas e objetivos estabelecidos da política pública vinculam-se ao planejamento; a responsabilização por meio da competição administrada que remete à capacidade do poder público do exercício do controle sobre terceiros através das metas estabelecidas para um determinado setor de concessão pública e por fim, a responsabilização por meio do controle social onde a capacidade dos movimentos sociais e/ou grupos organizados exercerem pressão sobre a formulação, implementação, execução e/ou avaliação das políticas públicas (Lima & Elias (2018).

#### **4. SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira**

O SIAFI foi concebido em 1986 e com isso o governo federal passou a contar com um sistema gerencial que proporcionou a centralização em uma conta única de todas as origens e de todas as saídas de recursos identificadas pelo servidor que a realizou, nenhuma receita e/ou despesa da Administração Federal é efetuada sem registro no sistema independentemente do valor, já que sua alimentação é instantânea e diária, pois a sua regra de lançamentos é registrar, acompanhar e controlar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal continuamente (STN, 2019a).

De acordo com o Serpro (2019), quando foi implementado o seu acesso era restrito a alguns técnicos especializado em orçamento público e centralizado em Brasília integrado por meio do teleprocessamento pelos órgãos do governo federal, distribuídos no país e no exterior através da rede de telecomunicações do Serpro e na prática o SIAFI é responsável pela organização contábil da Administração Federal.

Com base em sua regra de negócio, segundo Fontes Filho & Naves (2014) firmou-se o mesmo como um instrumento fundamental de controle e transparência das contas públicas, tornando-se uma poderosa ferramenta de acompanhamento para os parlamentares e técnicos

do orçamento do congresso nacional na promoção do controle externo.

Por meio do SIAFI no acesso aos seus módulos, é possível realizar os lançamentos de documentos relacionados à execução orçamentária sendo eles: a Nota de Dotação – ND; a Nota de Movimentação de Crédito (NC); a Nota de Empenho – NE; e a Nota de Lançamento por Evento – NL. A gestão da execução financeira no SIAFI possui também outros documentos como: o DARF Eletrônico; a Ordem Bancária – OB; a Nota de Programação Financeira – NPF (STN, 2019b).

Por meio do SIAFI pode-se operacionalizar a conta única do tesouro e sua implementação se deu em setembro de 1988 representando uma grande mudança no controle de caixa do Tesouro Nacional e através da racionalização na movimentação dos recursos financeiros que todas as unidades gestoras e integradas instantaneamente ao SIAFI passam a ter os seus saldos bancários registrados e controlados pelo sistema sem a necessidade das contas escriturais estarem vinculadas ao Banco do Brasil, onde as mesmas agora são mantidas em uma conta no Banco Central do Brasil (BCB) mantendo assim todos os depósitos dos recursos dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos órgãos e/ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas (STN, 2019a).

O uso do SIAFI mantém-se imprescindível tendo em vistas a amplitude e cultura de seu uso na Administração Pública. Existe uma versão que utiliza o ambiente gráfico (SIAFI WEB) e é operacionalizado pela rede mundial de computadores, concomitantemente, com o sistema inicial em modo texto (SIAFI). Porém, o SIAFI WEB necessita do SIAFI (tela preta) para funcionar, já que ele “se alimenta” do banco de dados do mesmo (Correa & Leal, 2018).

## **5. Tesouro Gerencial (TG)**

O Tesouro Gerencial (TG) segundo Reis & Pertel (2019), é um sistema de geração de relatórios gerenciais com base em informações inseridas e validadas por meio do SIAFI Operacional onde seu desenvolvimento se deu a partir da programação orientada a objetos. Esse tipo de programação torna o sistema muito mais avançado em recursos de segurança e reaproveitamento de código de programação onde o desenvolvimento de uma aplicação moderna e com estruturas seguras na representação de cada elemento em termos de um objeto, ou classe pode a qualquer tempo facilitar a integração com outros sítios de internet fomentando as páginas de transparência e/ou prestação de contas.

A transformação dos dados em informação é possível por conta do sistema TG possuir uma arquitetura Business Intelligence (BI) que é um conjunto de informações e processos que



transformam as grandes quantidades de dados existentes em informações úteis para a gestão estratégica governamental (Ain, Vaia, DeLone & Waheed, 2019).

Por meio do TG é possível extrair as informações e transformá-las em um Data Warehouse (DW) que é um grande armazém de depósito dos dados que se armazenam nas informações exportadas pelo SIAFI de forma consolidada e integraliza-se essa informação em diferentes sistemas (SIAFI, SIAFI WEB) possibilitando a visualização dos relatórios de quaisquer períodos de forma mais prolongada e com uma base muito confiável (Richards, Yeoh, Chong & Popovič, 2019).

Sendo assim, as decisões gerenciais e estratégicas realizadas por meio do TG são advindas das informações assertivas embasadas nos relatórios amparados por informações sistematizadas nos armazéns de dados para montagem do BI e unificação de todos os seus sistemas (SIAFI e SIAFI WEB) para uma base única de montagem dos relatórios. Ele apresenta informações do ano de 2015 em diante, bem como seus dados são atualizados até o último dia útil (ontem) de sua execução. Tem ainda a vantagem de que o servidor não precisa saber operacionalizar o SIAFI para manipular o TG (Correa & Leal, 2018).

O TG começou a ser utilizado e operacionalizado no ano de 2015 e foi motivado pelo Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assim sendo, não seria mais interessante o uso do SIAFI Operacional pelas limitações operacionais em lidar com o PCASP, pois a defasagem tecnológica do SIAFI Operacional fez com que o Serpro começasse a trabalhar na efetivação da migração de toda a base do SIAFI Operacional para a plataforma do TG, entretanto não existe um calendário para a finalização da migração como um todo (Moura, 2017).

## **6. Contribuições para o *Accountability***

A necessidade na Administração Pública do governo federal em automatizar a Administração Financeira e Orçamentária (AFO) por meio da implantação do SIAFI, permitiu o enfrentamento das dificuldades do modelo manual de controle da contabilidade pública.

O governo federal buscou o fortalecimento da fiscalização nas contas públicas de forma unificada visando atender a transparência pública e, conseqüentemente, amplificar o *accountability* como condição necessária para a democracia, uma vez que a ausência de controle efetivo e responsabilização dos gestores públicos na prestação de contas das suas ações tornam o cenário público caótico e, por isso, a publicidade das informações é elemento decisivo na fiscalização pela sociedade de qualquer informação antes de qualquer tomada de



decisão (Moura, 2017).

A publicidade deve nortear a política de transparência na promoção do acesso às informações para os stakeholders, com isso o SIAFI tornou-se o meio efetivo da forma como o cidadão pode reconhecer que a automação financeira e orçamentária deve contribuir na transparência do uso das receitas e despesas, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa.

O SIAFI busca melhorar a transparência pública, já que o aperfeiçoamento dos sistemas de contabilidade do governo federal com relação a sua operacionalidade e transparência pública sempre buscou um diferencial quanto aos controles internos e externos, pois uma melhor eficiência e eficácia fazem-se relevantes para a transparência pública e sua percepção sobre os controles das contas públicas (Lima & Elias, 2018).

Porém, o SIAFI é uma plataforma/sistema que demanda conhecimento técnico para que se possam utilizar os dados para gerar relatórios e análises mais robustas. E isso é um obstáculo para o accountability e fiscalização do compliance na administração pública.

Já o TG possibilita a extração de informações baseadas no documento de lançamento contábil executado pelo servidor no SIAFI, logo, é possível realizar consultas de acordo com múltiplos aspectos presentes nesses documentos, como: conta contábil, fonte do recurso, programa de trabalho, favorecido do documento, data de emissão e etc. Nele pode-se descobrir, por exemplo, o que foi empenhado, liquidado, pago ou inscrito em restos a pagar para qualquer empresa, em qualquer unidade gestora, em qualquer período, em qualquer ação orçamentária e qual foi a finalidade do gasto. Revela-se o TG como uma ferramenta gerencial moderna e oportuna para o accountability (Reis & Pertel, 2019).

A sociedade ao pagar os seus impostos procura nos gastos do governo as informações efetivas e a transparência pública, pois as demandas por reformas e pelo aprofundamento da accountability ressaltam a necessidade de maior transparência das ações do Estado frente a sociedade, criando a política da transparência nas democracias contemporâneas (Filgueiras, 2011).

A seguir apresenta-se o Quadro 1 que faz um comparativo entre os sistemas de Administração Financeira e Orçamentária (AFO) do governo federal para a promoção do accountability e da transparência pública.

**Quadro 1** – Comparativo dos Sistemas do Governo Federal

SIAFI	SIAFI WEB	TESOURO GERENCIAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente Texto “Tela Preta”</li> <li>• Teleprocessamento SERPRO</li> <li>• Controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Pública</li> <li>• Programação financeira com a unificação dos recursos de caixa do Governo Federal</li> <li>• Contabilidade Pública e informações gerenciais em todos os níveis da Administração Pública Federal</li> <li>• Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos e total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora</li> <li>• Registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas</li> <li>• Controle da dívida interna, externa e das transferências negociadas</li> <li>• Permitir o melhor acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos</li> <li>• Proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente Gráfico</li> <li>• Interface WEB</li> <li>• Acesso por IP</li> <li>• Controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Pública</li> <li>• Programação financeira com a unificação dos recursos de caixa do Governo Federal</li> <li>• Contabilidade Pública e informações gerenciais em todos os níveis da Administração Pública Federal</li> <li>• Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos e total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora</li> <li>• Registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas</li> <li>• Controle da dívida interna, externa e das transferências negociadas</li> <li>• Permitir o melhor acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos</li> <li>• Proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente Gráfico</li> <li>• Interface WEB</li> <li>• Acesso por IP</li> <li>• Gera relatórios a partir dos dados do SIAFI Operacional</li> <li>• Exporta para o Formato XLS e/ou PDF</li> <li>• Acesso por smartphone</li> <li>• Senha para utilização integrada ao SIAFI Operacional com o perfil TESCONGER</li> <li>• Permite que as informações de anos distintos sejam consultadas simultaneamente em um mesmo relatório de diversas maneiras (BI)</li> <li>• Permite inclusão de infinitos atributos nas colunas, linhas; tornando um cruzamento de informações efetivo</li> <li>• Consulta sem a necessidade que o usuário conheça bem os atributos</li> <li>• Não possui mais o grupo de itens</li> <li>• Após exportação, o relatório é salvo no computador do usuário na pasta Downloads por padrão</li> <li>• Sistema com previsão para substituição total do SIAFI e SIAFI WEB (mas depende de migração da base de dados)</li> </ul>

**Fonte:** Autoria própria (2020)

É possível inferir que o TG poderá substituir o SIAFI como ferramenta gerencial de administração financeira do governo, pois promove uma grande análise das informações a partir de variáveis que flexibilizam a possibilidade da visão sistêmica do gestor em promover uma associação, combinação, seleção e/ou apresentação por diferentes filtros.

A utilização desses relatórios com diversos tipos de dados importados do SIAFI permitirá as consultas de forma mais ágil, pois a manipulação dos arquivos no relatório proporcionará que qualquer item seja copiado; renomeado; movido e/ou salvo em qualquer meio existente possibilitando ainda por parte dos usuários do TG compartilharem entre si as informações de uma e/ou várias unidades, o que permitirá uma visão ampliada dessas

informações provenientes dos lançamentos contábeis bem como a consolidação dos saldos contábeis (Lima & Elias, 2018).

Contudo, o TG ainda não substitui em sua totalidade o SIAFI e o SIAFI WEB, pois o mesmo por enquanto só se alimenta de dados de 2015 em diante, mas se observa uma trajetória rumo à sua total implantação em substituição ao SIAFI e SIAFI WEB na medida em que o banco de dados total do SIAFI for migrado para dentro do TG permitindo que o mesmo não mais necessite “pescar” dados e informações na base do SIAFI e SIAFI WEB. Bem como o fato da interface do TG ser mais amigável, apresentar uma navegabilidade baseada na web e usabilidade mais simplificada para o usuário final, tanto servidor quanto sociedade em geral.

## 7. Conclusão

O presente trabalho discutiu as ferramentas do SIAFI, SIAFI WEB e Tesouro Gerencial como base para a automação na Administração Financeira e Orçamentária (AFO) no governo federal e suas contribuições para a transparência e prestação de contas perante a sociedade em geral.

O governo federal ainda se utiliza do SIAFI "tela preta" para execução das suas atividades diárias de lançamento contábil gerencial fiscal, utiliza também o SIAFI WEB que é uma evolução do sistema tela preta", pois possui uma interface gráfica e navegabilidade pela rede mundial de computadores e, por fim, verificou-se que o Tesouro Gerencial é a ferramenta que desde 2015 vem sendo utilizada em substituição gradativa ao SIAFI WEB, já que o TG é uma plataforma de BI microstrategy que provê as ferramentas para análise dos dados e geração de relatórios por múltiplos cruzamentos de informações.

Dessa forma procurou-se entender a importância do uso de tais ferramentas para o accountability no que diz respeito ao acesso às informações para as boas práticas de gestão pública cuja principal vocação é a fiscalização da aplicação dos recursos públicos e a aplicação da política pública de tornar o governo acessível e transparente ao cidadão.

Uma contribuição deste trabalho é a proposta de no futuro seja feita a migração completa dos sistemas SIAFI e SIAFI WEB para o TG de forma que tornaria a regra de negócio das unidades gestoras bem mais amigável para o trabalho do servidor público, pois seus lançamentos são mais fáceis e os relatórios mais compreensíveis após a extração das informações da base de dados.

O cruzamento das características técnicas de ambos os sistemas permitiu algumas conclusões importantes sobre a vantagem na concepção de tomadas de decisão baseadas nas

informações fornecidas pelo TG, sendo que por meio de uma API (Application Programming Interface) que é um conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web é possível no futuro alimentar automaticamente os sítios de transparência da Administração Pública no Brasil, o que é uma resposta às demandas por accountability advindas da sociedade.

Esta pesquisa fomenta a continuidade com novos estudos sobre o TG e accountability enquanto ferramenta de excelência na gestão pública e como mecanismo de prestação de contas. Neste sentido, alguns pontos de melhoria podem ser ressaltados:

- Desenvolvimento de mecanismos de gestão do conhecimento junto aos servidores;
- Acompanhamento das metodologias ágeis no que concerne ao desenvolvimento e migração total da base de dados do SIAFI e SIAFI WEB para o Tesouro Gerencial; e
- Busca da integração por EDI (Electronic Data Interchange) em todas as estruturas da Administração Pública.

Por fim, cabe a formulação da seguinte pergunta: “ Por que o governo federal não se utiliza do portal do software público brasileiro para melhorar a gestão dos sistemas integrados de gestão pública? ”.

## Referências

- Ain, N., Vaia, G., DeLone, W. H., & Waheed, M. (2019). Two decades of research on business intelligence system adoption, utilization and success—A systematic literature review. *Decision Support Systems*, 125, 113113.
- Carvalho, D. I. (2018). Teoria do Equilíbrio Pontuado: uma análise da execução orçamentária no Brasil no período de 1980-2014. *Revista do Serviço Público*, 69(1), 85-110.
- Correa, M. A. O., & Leal, A. G. (2018, August). Identification of Overpricing in the Purchase of Medication by the Federal Government of Brazil, Using Text Mining and Clustering Based on Ontology. In *Proceedings of the 2018 2nd International Conference on Cloud and Big Data Computing* (pp. 66-70).
- Filgueiras, F. (2011). Além da transparência: accountability e política da publicidade. *Lua nova: revista de cultura e política*, (84), 65-94.

Fontes Filho, J. R., & Naves, G. G. (2014). A contribuição do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para a promoção da accountability horizontal: a percepção dos usuários. *BBR-Brazilian Business Review*, 11(3), 1-28.

Lima, L. J. A., & Elias, L. M. (2018). Os sistemas de informações gerenciais contábeis como instrumentos de governança no setor público. *GIGAPP Estudos Working Papers*, 5(83-90), 204-223.

Moura, R. T. (2017). A percepção dos gestores de TI sobre a convergência às normas internacionais de contabilidade pública nos municípios face à implantação do PCASP. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Brasília, Brasil.

O'Donnell, G. (1998). Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua nova: revista de cultura e política*, (44), 27-54.

Peixe, B. C. S., da Rosa Filho, C., & de Abreu Passos, G. (2018). Governança pública e accountability: Uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(36), 77-96.

Reis, J. T., & Pertel, G. E. (2019). Contribuições do tesouro gerencial como ferramenta de controle da execução orçamentária do MPF-ES. *Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança*, 2(1).

Richards, G., Yeoh, W., Chong, A. Y. L., & Popovič, A. (2019). Business intelligence effectiveness and corporate performance management: an empirical analysis. *Journal of Computer Information Systems*, 59(2), 188-196.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2019a). Tesouro Gerencial. STN, Recuperado a partir de [http://www.stn.fazenda.gov.br/pl/web/stn/modelo-artigo-siafi/-/asset\\_publisher/G4pwX6fShrZj/content/tesouro-gerencial](http://www.stn.fazenda.gov.br/pl/web/stn/modelo-artigo-siafi/-/asset_publisher/G4pwX6fShrZj/content/tesouro-gerencial)

Secretaria do Tesouro Nacional. (2019b). SIAFI História. STN, Recuperado a partir de <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/historia>

Serviço Federal de Processamento de Dados. (2019). Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Brasília: SERPRO, Recuperado a partir de <http://intra.serpro.gov.br/linhas-negocio/catalogo-de-solucoes/solucoes/principais-solucoes/sistema-integrado-de-administracao-financeira-do-governo-federal-siafi>

Silva, J. B. (2018). Accountability e Gestão Pública: possibilidades e limites da participação no aperfeiçoamento das políticas públicas. *Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, 4(1), 41-59.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Aluysio Ricardo Nunes Fonseca – 25%

Rhubens Ewald Moura Ribeiro – 25%

Kaíque Barbosa de Moura – 25%

Carlos Alberto de Sousa Ribeiro Filho – 10%

Ariely Moreira de Sousa – 5%

Renato Anderson Moura Ribeiro – 5%

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante – 5%